

BIKiNNOV

bikevalueinnovationcenter
association

CONVITE

Ajuste Direto

Máquina Lavadora Aspiradora

Procedimento n.º
53-111-CTI-24




PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



REPÚBLICA
PORTUGUESA




Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

 BIKINNOV / <small>bikevalueinnovationcenter association</small>	Convite	
	Máquina Lavadora Aspiradora	
	Código do Procedimento	53-111-CTI-24
	CPV	42995000-7
	Código Projeto	C644866475-00000012

Índice

Cláusula 1ª -	Entidade Adjudicante	3
Cláusula 2ª -	Decisão de Contratar	3
Cláusula 3ª -	Identificação e Fundamentação do Procedimento.....	3
Cláusula 4ª -	Pedidos de Esclarecimentos	3
Cláusula 5ª -	Objeto do Procedimento	3
Cláusula 6ª -	Preço Base	4
Cláusula 7ª -	Proposta	4
Cláusula 8ª -	Documentos que constituem a proposta	4
Cláusula 9ª -	Prazo e modo de apresentação da proposta.....	5
Cláusula 10ª -	Prazo da obrigação de manutenção da proposta	5
Cláusula 11ª -	Análise das Propostas	5
Cláusula 12ª -	Negociação.....	5
Cláusula 13ª -	Notificação da Decisão de Adjudicação	6
Cláusula 14ª -	Documentos de Habilitação	6
Cláusula 15ª -	Redução do contrato a escrito	6
Cláusula 16ª -	Aceitação da Minuta do Contrato	7
Cláusula 17ª -	Reclamação contra a Minuta	7
Cláusula 18ª -	Despesas Administrativas	7
Cláusula 19ª -	Tratamento de dados pessoais no âmbito do concurso	7
Cláusula 20ª -	Prazos.....	8
Cláusula 21ª -	Legislação Aplicável.....	8
	Anexo I.....	10
	Anexo II.....	13
	Anexo III.....	15

	Convite	
	Máquina Lavadora Aspiradora	
	Código do Procedimento	53-111-CTI-24
	CPV	42995000-7
	Código Projeto	C644866475-00000012

Cláusula 1ª - Entidade Adjudicante

1. BIKiNNOV – Bike Value Innovation Center - Association, sita na Rua da Indústria, 369, Covão, ZI EN 1 Norte, 3750-792 Águeda, com o telefone n.º 234 612 640 e com o endereço de correio eletrónico geral@bikinnov.pt.
2. A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante para todas as comunicações no âmbito do presente procedimento é acingov e encontra-se disponível em www.acingov.pt.

Cláusula 2ª - Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi tomada em 04/11/2024, pela Direção do BIKiNNOV, que delegou no Diretor Executivo da BIKiNNOV, todas as competências inerentes ao procedimento de Contratação, nos termos da delegação de competências aprovada, em 3 de Janeiro de 2023.

Cláusula 3ª - Identificação e Fundamentação do Procedimento


O presente procedimento por ajuste direto é efetuado nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, pelo critério do valor do contrato a celebrar, devendo também ser considerada a alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º do CCP.

Cláusula 4ª - Pedidos de Esclarecimentos

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos devem ser colocados na plataforma eletrónica com o endereço www.acingov.pt, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos serão prestados pelo Órgão Competente, através da plataforma eletrónica referida no número anterior.

Cláusula 5ª - Objeto do Procedimento

1. O objeto do presente procedimento consiste na aquisição de uma tesoura de desencarceramento, financiado pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Fundo NextGeneration da União Europeia (EU), cuja candidatura tem a designação “AM2R – Agenda Mobilizadora para a Inovação Empresarial do setor das duas rodas” e insere-se no âmbito do projeto 001AM2-WP9-111-CTI.
2. A presente aquisição de bens/serviços encontra-se classificada no vocabulário comum para os contratos públicos (CPV) com o código 42995000-7 - Máquinas de limpeza diversas.

	Convite	
	Máquina Lavadora Aspiradora	
	Código do Procedimento	53-111-CTI-24
	CPV	42995000-7
	Código Projeto	C644866475-00000012

Cláusula 6ª - Preço Base


1. O preço base do procedimento é de **10.000,00 € (dez mil euros)**, sendo este o preço máximo que a entidade se propõe a pagar pelo fornecimento dos bens e serviços objeto da presente contratação, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável em vigor, distribuído da seguinte forma:
2. A fundamentação do preço base em preços atualizados do mercado, obtidos através de consulta preliminar prevista no artigo 35º-A, estando assim cumprido o nº3, do artigo 47º do CCP.
3. A proposta será excluída se apresentar um preço contratual, superior ao indicado no número anterior, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

Cláusula 7ª - Proposta

1. O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos, e não incluirão o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto.
3. Os preços totais e unitários apresentados terão um máximo de 2 casas decimais.
4. A proposta terá de ser apresentada na plataforma eletrónica www.acingov.pt, contendo assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante.
5. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.
6. Os documentos destinados à avaliação das propostas são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos do disposto no artigo 58º nº 1 do CCP.
7. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, devem as entidades adjudicatárias fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou os documentos podem ser apresentados em língua estrangeira, desde que o adjudicatário indique a local ou origem dos mesmos de forma a poder ser realizada a sua confirmação.

Cláusula 8ª - Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I;
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;

	Convite	
	Máquina Lavadora Aspiradora	
	Código do Procedimento	53-111-CTI-24
	CPV	42995000-7
	Código Projeto	C644866475-00000012

- c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;
 - d) Minuta de Declaração da Integração dos Requisitos DNSH (Anexo III)
2. Os candidatos devem apresentar reprodução dos documentos referidos nos números anteriores através da plataforma eletrónica de contratação pública designada para o efeito.
 3. Os candidatos podem, em substituição da reprodução dos documentos referidos no número anterior, indicar o sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
 4. Todos os documentos devem ser assinados eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes que tenham poderes para o obrigar.

Cláusula 9ª - Prazo e modo de apresentação da proposta

1. As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas, na plataforma eletrónica com endereço www.acingov.pt, até 5 (cinco) dias após o envio do convite.
2. As propostas e os documentos que as acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica até à data e horas definidas no número anterior.
3. O concorrente deverá prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no n.º 1 desta Cláusula.

Cláusula 10ª - Prazo da obrigação de manutenção da proposta


O prazo da obrigação de manutenção da proposta será de 66 (sessenta e seis) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 11ª - Análise das Propostas

1. São excluídas as propostas que apresentem algum(ns) dos motivos constantes do artigo 70.º, na sua atual redação.
2. Na análise das propostas para o fornecimento dos bens e dos serviços objeto do contrato, serão tidos em consideração apenas os documentos exigidos no presente convite. Os demais documentos apresentados pelos concorrentes não serão objeto de apreciação, prevalecendo para o efeito o estipulado no caderno de encargos e no convite.

Cláusula 12ª - Negociação

Não haverá lugar à negociação das propostas.

	Convite	
	Máquina Lavadora Aspiradora	
	Código do Procedimento	53-111-CTI-24
	CPV	42995000-7
	Código Projeto	C644866475-00000012


Cláusula 13ª - Notificação da Decisão de Adjudicação

1. O Adjudicatário notifica todos os concorrentes através da plataforma designada para o efeito, da decisão de adjudicação.
2. Juntamente com a comunicação indicada no parágrafo anterior, o Adjudicatário será notificado para apresentar os documentos de habilitação.

Cláusula 14ª - Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos ou disponibilização de acesso para a sua consulta online:
 - a) Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos do nº 1 da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - b) Declaração de situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos do nº 1 da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Certificado(s) de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas no termo do nº 1, alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
 - d) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do anexo II do presente ofício convite (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos);
 - e) Documento que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar (certidão permanente ou documento equivalente);
 - f) RCBE - Registo Central de Beneficiário Efetivo;
2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.
3. Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do artigo 82.º do CCP.
4. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2, do artigo 82.º do CCP.

Cláusula 15ª - Redução do contrato a escrito

 BIKINNOV / <small>bikevalueinnovationcenter association</small>	Convite	
	Máquina Lavadora Aspiradora	
	Código do Procedimento	53-111-CTI-24
	CPV	42995000-7
	Código Projeto	C644866475-00000012

1. O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
2. O adjudicante comunica ao adjudicatário, no caso de assinatura presencial do contrato, com antecedência mínima de cinco dias, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato e, no caso de assinatura por meios eletrónicos, comunica o prazo, não inferior a três dias, para outorga e remessa do contrato.
3. De acordo com o artigo 104º do CCP, a outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.

Cláusula 16ª - Aceitação da Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato a celebrar é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar deverá ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta do contrato a celebrar considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subseqüentes à respetiva notificação.

Cláusula 17ª - Reclamação contra a Minuta


1. Serão admissíveis reclamações contra a minuta do contrato a celebrar quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que serviram de base ao concurso.
2. Em caso de reclamação, o órgão competente que aprovou a minuta do contrato comunicará ao adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Cláusula 18ª - Despesas Administrativas

As despesas administrativas produzidas pelo presente procedimento, são da responsabilidade do concorrente.

Cláusula 19ª - Tratamento de dados pessoais no âmbito do concurso

1. Nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 6.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), e exclusivamente para efeitos do presente procedimento e do cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja adstrita, a entidade adjudicante poderá tratar dados pessoais, nomeadamente de identificação e informação relativa ao registo criminal relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, órgãos sociais, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, na estrita medida do necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

 BIKINNOV / <small>bikevalueinnovationcenter association</small>	Convite	
	Máquina Lavadora Aspiradora	
	Código do Procedimento	53-111-CTI-24
	CPV	42995000-7
	Código Projeto	C644866475-00000012


2. Os candidatos e concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus órgãos sociais representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável, e prestando aos titulares dos dados as informações referentes ao processamento de dados pela entidade adjudicante, em cumprimento do direito à informação.
3. Os dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são eliminados logo que cesse a obrigação legal ou contratual de os conservar.

Cláusula 20ª - Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados e contam-se nos termos do disposto no artigo 471º do CCP.


Cláusula 21ª - Legislação Aplicável

Em tudo o que o presente programa de concurso for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

 BIKINNOV / <small>bikevalueinnovationcenter association</small>	Convite	
	Máquina Lavadora Aspiradora	
	Código do Procedimento	53-111-CTI-24
	CPV	42995000-7
	Código Projeto	C644866475-00000012

ANEXOS

-
- Anexo I – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP
 - Anexo II – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP
 - Anexo III - Minuta de Declaração da Integração dos Requisitos DNSH

	Convite	
	Máquina Lavadora Aspiradora	
	Código do Procedimento	53-111-CTI-24
	CPV	42995000-7
	Código Projeto	C644866475-00000012

Anexo I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) [.....]

b) [.....]

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);


c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);

	Convite	
	Máquina Lavadora Aspiradora	
	Código do Procedimento	53-111-CTI-24
	CPV	42995000-7
	Código Projeto	C644866475-00000012

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;


j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.


7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), (data), [assinatura (18)].

 BIKINNOV / <small>bikevalueinnovationcenter association</small>	Convite	
	Máquina Lavadora Aspiradora	
	Código do Procedimento	53-111-CTI-24
	CPV	42995000-7
	Código Projeto	C644866475-00000012

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

 <small>bikevalueinnovationcenter association</small>	Convite	
	Máquina Lavadora Aspiradora	
	Código do Procedimento	53-111-CTI-24
	CPV	42995000-7
	Código Projeto	C644866475-00000012

Anexo II

MODELO DE DECLARAÇÃO


[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.


3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

	Convite	
	Máquina Lavadora Aspiradora	
	Código do Procedimento	53-111-CTI-24
	CPV	42995000-7
	Código Projeto	C644866475-00000012

(local), (data), [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

	Convite	
	Máquina Lavadora Aspiradora	
	Código do Procedimento	53-111-CTI-24
	CPV	42995000-7
	Código Projeto	C644866475-00000012

Anexo III

Minuta de Declaração da Integração dos Requisitos DNSH

O presente procedimento de Contratação Pública está inserido num investimento no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (PRR), visando garantir que as medidas adotadas não prejudiquem significativamente os objetivos ambientais, conforme definido no artigo 17º do Regulamento (EU) 2020/852.

Considerando a descrição da medida e as medidas de atenuação estabelecidas no PRR, em conformidade com as orientações técnicas sobre o princípio de "não prejudicar significativamente" (2021/C58/01), todos os equipamentos a serem adquiridos no âmbito deste procedimento devem possuir emissões nulas.

Na ausência de alternativas com emissões nulas, os equipamentos a serem adquiridos devem representar dos melhores níveis de desempenho ambiental disponíveis no setor, de acordo com a legislação aplicável com a UE e nacional.

O Concorrente declara seu cumprimento (*assinalar opção correspondente*):

- A) ☐ **Declaração de Cumprimento:** O equipamento proposto possui emissões nulas.
- B) ☐ **O equipamento proposto possui os melhores níveis de desempenho ambiental no setor.**

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]